



O MOMENTO

DIÁRIO DO POVO

EDITORIAL: PANDEMIA E O GENOCÍDIO VELADO PG.2

**UM ANO DE PANDEMIA E O APROFUNDAMENTO DA
DESIGUALDADE NO SISTEMA PÚBLICO DE ENSINO** PG.4

O SALTO SILENCIOSO PG.6

VÍRUS NA BAHIA: POR ONDE VEM? PG.9

**TÁ CARO VIVER: A PERDA DO PODER DE COMPRA E OS
IMPACTOS NAS CONDIÇÕES BÁSICAS DE VIDA** PG.10

**3 ANOS DA MORTE DE MARIELLE FRANCO:
SUA LUTA NÃO SERÁ SILENCIADA!** PG.12

O TEATRO E A PANDEMIA PG.14

PCB: 99 ANOS DA FÊNIX VERMELHA PG.15

Pandemia e o Genocídio Velado



Reprodução: ClimaInfo

Por *Giovani Damico*

Análises sociais, econômicas, políticas ou epidemiológicas precisam ter, como um de seus pilares, a utilização de dados confiáveis, sejam eles primários - reunidos pelo próprio autor da análise, ou secundários - reunidos por institutos de pesquisa.

Em um contexto de crise social, econômica e sanitária aguda, seria de se imaginar que nossa principal instituição nacional de produção de dados de amplo espectro, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), estaria na ponta de lança em busca por informações confiáveis, afinal, não se confronta um problema que não se conhece. Mas não é o que vemos. A explicação para a coadjuvância do IBGE num cenário como o atual, se encontra no fenômeno da política genocida do Estado, nomeadamente, a radicalização da política neoliberal e dos lucros capitalistas em detrimento da vida humana.

O descompasso entre a política neoliberal e um compromisso mínimo com a vida da população se exprime nas formas mais abjetas de maximização dos lucros hoje em curso, calcadas tanto na supressão da qualidade de vida, quanto do próprio emprego. O avanço do neoliberalismo torna o rentismo (capital financeiro) e o agronegócio dois de seus pilares na exploração dos lucros, duas formas que intensificam o quadro de desemprego estrutural e carestia generalizada.

No quadro pandêmico, controversamente o acesso à informação ficou ainda mais restrito, os orçamentos públicos foram esvaziados, as agências de pesquisa desmontadas, e o Governo Federal propositalmente segue desarticulando a relação entre Ministérios e

Secretarias Estaduais. Morrem, atualmente, mais de 2.000 brasileiros por dia vítimas da COVID-19, além de termos cruzado a infeliz marca dos 3.000 óbitos diários, que se soma a um universo total de mais de 300 mil mortes pelo vírus no Brasil.

Mas ainda nos questionamos se, de fato, é este o dado total. Infelizmente, o acesso à informação se vê cada vez mais dificultado. E como se não bastasse, no dia 23/03/2021 foi emplacada uma tentativa de alteração na metodologia de contagem de óbitos por parte do Governo Federal, que se propunha, precisamente, a dificultar a já difícil contabilidade da tragédia.

Uma política de Estado genocida se utiliza de diversas ferramentas: repressão institucional, violência sistemática, manipulação de informações, desabastecimento de insumos e desarticulação entre as instâncias governamentais (com ênfase às que são dirigidas por gestões que, de alguma forma, fazem oposição). A morte programada ou por negligência é fruto direto de tal política, e evidentemente, morrem mais aqueles cujas condições de vida são mais desfavoráveis: a população trabalhadora, e em especial, seus estratos mais precarizados, racializados e em maioria mulheres. Os idosos, aqui, também são tratados como inimigos, como um peso a ser relegado à miséria; afinal, a melhor reforma da previdência para este sistema é dizimar o povo trabalhador que outrora construiu o país.

Neste lamaçal onde poucas certezas existem e muitas dúvidas emergem, a produção de conhecimento e informação contra-hegemônicas se impõe urgente. Mas, vale mencionar, no Governo Bolsonaro, a produção de conhecimento de Estado, por suas próprias instituições,



é destruída. Após o Governo Federal anunciar, no dia 22/03/2021, um corte de mais de 80% do orçamento do IBGE, o órgão afirmou que a realização do censo demográfico é completamente inviável.

Note-se que, mesmo sob a lógica capitalista, conhecer seu território e sua população é crucial para políticas mínimas de compensação, bem como para a continuidade dos ganhos de capital. A lógica de exploração destrutiva e radicalmente imediatista hoje vigente se abona, assim, de qualquer compromisso de médio alcance.

A pandemia no Brasil está sendo gerida sob uma política, de fato, genocida. Nos vemos num cenário de profunda desinformação, sem transparência em diversas esferas públicas, com recusa a compra de vacinas por parte do Governo ante nenhuma explicação plausível, sem aplicação sistemática de testes rápidos pelo país... A partir do censo demográfico, teríamos uma ferramenta importante para avaliar a dimensão do problema em que estamos atolados, através de dados científicos e atualizados acerca do perfil socioeconômico de nossa população, englobando as condições de moradia e saneamento nos diversos lares Brasil afora. A política genocida precisa, portanto, de sua contraparte para funcionar pela égide democrática: o profundo desconhecimento da dimensão do problema.

Desde 2010, contamos apenas com a chamada PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios), ferramenta que, embora importante, passa por uma grande desarticulação. Os próprios indicadores pesquisados foram desmobilizados, reformulados sem qualquer transparência ou compromisso com uma análise objetiva da realidade brasileira. E todas essas transformações carregam uma finalidade em si: abafar os alarmantes índices de desemprego, subemprego, de ausência de perspectivas e de deterioração da qualidade de vida e da saúde da população.

Em 2021, a ausência do censo crava, com uma chave de ouro embebida em sangue, as consequências

das políticas do Estado capitalista para o povo brasileiro, especialmente numa crise de tais proporções devastadoras, e cujo avanço é acelerado com a pandemia. Tais políticas estão pautadas, sobretudo, em acobertar a rapinagem completa que os cofres públicos passaram, bem como a radicalização das políticas de morte do Estado brasileiro, e tudo com um único objetivo: gerar lucro para a burguesia.

Nossa agenda do dia possui, assim, de forma incontornável, a luta por uma política de vacinação nacional e massiva, coordenada entre Ministério da Saúde e Secretarias Estaduais e Municipais, associada a uma ampla rede de testagem, monitoramento dos focos de infecção, controle e mapeamento da difusão de novas cepas, bem como investimento intransigente em saúde pública.

Além disso, apenas com uma política de suporte continuado aos trabalhadores é que seremos capazes de aplacar o crescimento descontrolado das novas infecções e óbitos. Esta política exige diretrizes expressas e garantia estatal para o isolamento social, que por sua vez só pode ser eficaz se acompanhada de suporte financeiro, possibilitando à população trabalhadora permanecer em casa. É preciso, ainda, que haja: congelamento do valor dos aluguéis, sendo em parte assumidos pelo Estado; suspensão dos despejos de qualquer ordem; suspensão de cobrança nas contas de água e energia para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica; retorno do auxílio emergencial por todo o ano de 2021; e auxílio financeiro aos pequenos empresários.

As alternativas para a mudança dessa realidade desumana se mostram cada vez mais nítidas: a institucionalidade é importante, mas não é suficiente. Não há espaço, nessas estruturas, para uma vida plena e digna. O rearranjo de peças no mesmo tabuleiro produz não mais que pequenos momentos de tomada de fôlego, mas que na jogada seguinte, nos puxa novamente o tapete. A corrida para uma mudança substancial é longa, e o horizonte nos aguarda!



Jornalista responsável

Milton Pinheiro MTB 72.595/SP

Conselho de redação

**Camila Oliver, Milton Pinheiro,
Nalbert Antonino e Rafaela Fraga**

Diagramação e Capa

Nalbert Antonino



o m o m e n t o b a

Colaboradores desta edição

**Victor Montalvão, João Aguiar, Rômulo Caires,
Caroline Birrer, Érika Garcez, Zoé Meira, Giovani
Damico e Gabriel Galego**

Revisão

Gabriel Galego e Rafaela Fraga

+55 (71) 99299-1368

contato@omomento.org

www.omomento.org

UM ANO DE PANDEMIA E O APROFUNDAMENTO DE DESIGUALDADE NO SISTEMA PÚBLICO DE ENSINO BRASILEIRO



Reprodução: Agencia Brasil

Por Victor Montalvão Moreno

Na noite do último domingo, como em todas as noites de domingo das últimas décadas, boa parte da população brasileira terminou seu final de semana assistindo a um programa de variedades no maior canal de televisão brasileira. O tamanho da sua audiência é representado pelo nome que caracteriza o programa: Fantástico.

Nos minutos finais, numa clara tentativa de amenizar o clima das notícias que antecederam, enquanto uma música alegre e sorridentes apresentadores se despedem, somos introduzidos primeiro a uma árvore. Um pé de manga, idílico, com um banquinho improvisado de madeira entre seus galhos mais altos. A partir dele somos apresentados a mais uma história de superação que tem por função algo entre o emocionar e motivar.

Um rapaz (porque os nossos nunca são verdadeiramente meninos) que, contra todas as expectativas, encontrou um local que permite o acompanhamento das aulas remotas do sistema público de ensino a partir de sua casa, numa pequena propriedade agrícola no noroeste do Pará. Entre os galhos mais altos de uma mangueira no quintal de casa, Artur Mesquita se esforça para acompanhar as aulas do ensino médio a partir de um celular com plano de

dados, que seus pais se esforçam para manter.

Estamos habituados a tais histórias de superação no seio da classe trabalhadora e camponesa. A ideia de um ensino que ocorre em locais remoto não é novidade para muitos jovens brasileiros. Sejam nas comunidades urbanas ou agrárias. Suas histórias, além de naturalizar as desigualdades oriundas de um sistema de ensino voltado para atender as demandas do capital, quando bem-sucedidas se tornam mais um reforço a ideias meritocráticas individualistas. Sobrepesa-se a responsabilidade do “sucesso” nos próprios indivíduos, desresponsabilizando-se os atores da gestão educacional e seus interesses.

A pandemia veio, não alterando tal contexto, mas agravando-o. O ensino remoto mais se assemelha a uma virtual representação do ensino presencial do que um modelo de ensino específico. As desigualdades já existentes se agravam. Enquanto escolas particulares pressionam e alcançam em vários estados o retorno às aulas com garantias de uma infraestrutura básica para seus estudantes, jovens como Artur constroem bancos em árvores.

No governo bolsonarista, os ministérios pautam não a promoção de suas áreas, mas o combate delas. Assim, o Ministério do Meio

Ambiente luta para “passar a boiada”, o Ministério das Relações Exteriores por sermos “pátrias internacionais” e o Ministério da Educação e Cultura a total desestabilização da educação nacional. Um ENEM lançado em plena pandemia com baixíssima adesão e altíssima contribuição para o aumento do contágio. O ensino básico é visto como influenciado demais por Paulo Freire. O ensino superior é visto como influenciado pelo espantinho do marxismo cultural. Ambos são atacados a ponto do ensino doméstico ser estimulado por medidas do governo, como alternativa conservadora viável à prole da burguesia. Ensino não é mais visto como direito. Professores não são vistos como educadores, mas colaboradores, prestadores de um serviço que deve respeitar a relação reducionista de oferta e procura.

Nesta pandemia, a precarização do trabalho de professores e professoras encontra-se alçado a uma agravamento sem tamanho. Desde as derrotas anteriores pela reforma do ensino médio, trabalhista e da previdência, que reduziram o tempo de aposentadoria, flexibilizaram as relações de trabalho permitindo a pejetização e desvalorizaram campos da ciência

essenciais na formação de uma consciência crítica e revolucionária. O tão falado “novo normal” para os professores e as professoras do Brasil, assemelha-se a uma realidade distópica de prestação de serviços e uberização da educação. Este “novo normal” para os e as estudantes, filhos e filhas da classe trabalhadora, é uma tela pequena de celular apoiada num suporte de madeira improvisado. Na reportagem que abre esse artigo, a fala do professor aparece ao final, entrecortada: “eu não vou ficar aqui parado esperando tudo acontecer, eu vou lá e vou mudar a minha realidade”. Disse o seguinte sobre o pobre garoto que construiu um banquinho numa árvore: superação.

Para que o trabalho dos professores e das professoras não seja encerrado na construção de histórias de superação, muito menos resumido à produção de trabalhadores e trabalhadoras a serem introduzido dentro da cadeia produtiva de forma alienante, é trabalho de nós – comunistas – desobstruir essas ideias da classe dominante no seio da classe trabalhadora. Essa não é apenas uma dimensão pedagógica da luta política, mas parte integrante da política em si.



Reprodução: Agencia Brasil

O SALTO SILENCIOSO



Por Rômulo Caires

Não faz muito tempo quando era relativamente comum ouvir sobre a suposta origem do Sars-CoV-2 em um laboratório chinês. Lembremos que Donald Trump afirmou para os quatro cantos do mundo que tinha provas da conspiração chinesa e suas declarações eram constantemente reproduzidas pelas redes sociais. Trump acusava o Instituto de Virologia de Wuhan de ter iniciado propositalmente a pandemia de covid-19. A própria OMS fez questão de desmentir tal acusação na expedição que enviou a China para investigar as origens da infecção. Mitos como esse continuam a povoar o senso comum e muitos se perguntam como isso é possível após tantas evidências que ao menos descartam as hipóteses mais risíveis.

Quando se trata do tema da origem não é nada incomum circular na sociedade diversas explicações sobre a questão. Algumas dessas explicações parecem inofensivas, às vezes são reproduzidas de forma jocosa, como no tão repetido mantra do “vírus chinês”. Seria cômico se não fosse trágico, o fato de atualmente o mundo inteiro estar preocupado com o “vírus brasileiro”. Afinal, o Brasil virou uma espécie de laboratório a céu aberto e vários subtipos de coronavírus, que estão circulando no país

e já preocupam as autoridades do mundo inteiro. Grande parte dos aeroportos internacionais estão fechados para os brasileiros e a situação do país tem sido continuamente registrada na mídia internacional como motivo de grande preocupação. Mas, afinal, de onde vem esse vírus? Porque ele se multiplica tão rapidamente, desmantela sistemas de saúde e expõe de forma crua as chagas de nosso modo de produzir a vida? O que a situação brasileira desvela sobre uma crise que é mundial e a quem interessa esconder inclusive a existência da produção consciente e massiva de mortes?

A delegação de pesquisadores da OMS enviadas a Wuhan trabalhou com algumas hipóteses sobre a origem do vírus, sendo a mais provável a de que o Sars-CoV-2 ter se originado em algum animal e saltado para a espécie humana, como ocorre com diversas outras infecções – ainda que as formas deste salto não sejam ponto consensual entre os especialistas. Mesmo a tão alegada origem a partir de um mercado em Wuhan não pode ser afirmada, pois não foi possível reconstruir as cadeias de transmissibilidade. O fato concreto é que não temos muitas afirmações categóricas até o momento. Só um exemplo basta para desinflar

a mentalidade daqueles que parecem ter tanta certeza sobre o assunto. O arco temporal que pode separar a provável origem animal do vírus para a atual versão que já matou mais de 300 mil pessoas no Brasil chega a 40 anos. Ou seja, os cientistas não descartam que o vírus causador da covid-19 pode ter surgido há um tempo longo e circulava até então de forma silenciosa.

Nesse sentido, partindo do pressuposto mais aceito de que a covid-19 seja uma zoonose, passemos a um detalhamento do que se sabe sobre sua origem. Todas as doenças humanas podem transitar entre outras espécies. Trata-se de um fenômeno natural e por isso nem sempre ocorre consequências catastróficas como a que vivenciamos. Chamam-se zoonoses justamente tais doenças que transitam de animais para seres humanos. Apesar das zoonoses constituírem fato regular do metabolismo entre seres humanos e natureza, tem ficado bastante evidente o quanto estes processos têm se intensificado nos últimos anos, gerando a possibilidade cada vez maior de distúrbios nessa interação. Pensemos no seguinte fato: no século XXI já tivemos alguns “outbreaks” (termo utilizado no léxico dos epidemiologistas para indicar surtos de infecção por algum patógeno específico), representando em um espaço de 20 anos o que ocorreu no último século inteiro. Esta constatação indica uma aceleração destes surtos e nos dão uma amostra significativa do desequilíbrio ambiental causado pela exploração capitalista do meio ambiente.

Os “saltos”, que permitem a um vírus original de morcegos, por exemplo, passar para seres humanos, estão relacionados a mutações no código genético viral. Antes da pandemia já se conheciam 2 linhagens maiores de coronavírus: uma advinda de aves (que não infectaram ainda seres humanos) e as de morcego, relacionadas a infecções comuns em seres humanos. Quanto mais próxima for a espécie do hospedeiro original em relação ao ser humano, maior a chance de ocorrer esses saltos. Os morcegos são mamíferos que guardam uma semelhança genética maior com a espécie humana do que as aves. Seguindo esta pista, e também refletindo sobre os surtos virais do século XXI, muitos dos quais causados por outras espécies de coronavírus como o MER-S-CoV (responsável por surto em Ásia no iní-

cio dos anos 2000), os cientistas começaram a estudar espécies de morcegos sabidamente hospedeiros de coronavírus. Até o momento a espécie de coronavírus mais próxima do Sars-CoV-2 que foi encontrada chama-se RATG13, cujo código genético apresenta 96% de semelhança com o vírus causador da covid-19. A partir da análise das taxas de velocidade nas mutações do RATG13 os cientistas chegaram ao arco temporal de 40 anos que pode separar o vírus dos morcegos do vírus humano.

Há ainda um detalhe importante. O “salto” entre espécies pode necessitar de espécies intermediárias. O caso do vírus MERS, que assolou países de Ásia nos anos 2000, teve como provável intermediário uma espécie de camelo. Em relação ao Sars-CoV-2, a hipótese mais aventada é que o intermediário sejam os pangolins, mamíferos encontrados geralmente em Ásia. Os pangolins são caçados e servem de alimento para alguns indivíduos, além de terem as escamas traficadas como material afrodisíaco. Isto favoreceu os cientistas considerarem os pangolins como espécie intermediária, porém o sequenciamento genético de coronavírus encontrados neste mamífero indicaram uma similitude significativamente menor com os vírus humanos em relação aos vírus encontrados em morcegos, o que diminuiu a probabilidade dos pangolins serem reais intermediários.

Diante dos dados apresentados resta uma pergunta a ser respondida. Se temos tão poucas certezas sobre a origem da covid-19, porque tantas pessoas acreditam, por exemplo, na história do “vírus chinês”? Como dito anteriormente, a questão da origem traz em si muitas vezes aspectos de ordem teológica e metafísica. Mesmo os cientistas não estão imunes à reprodução das ideias dominantes de uma época. Não bastasse a grande crise econômica que enfrentamos, que traz miséria e destruição em tantas localidades, epidemias ou pandemias são muitas vezes lidas como se fossem “maldições” que revelariam algum tipo de “pecado”. Tal tipo de análise deriva com frequência para a rápida acusação de serem “culpados” determinado grupo social ou conjunto de indivíduos em típicas narrativas conspiratórias. A narrativa espalhada por Donald Trump é um exemplo típico de narrativa conspiratória e nesse caso em específico revela aspectos essenciais do cenário geopo-

lítico mundial. Além de delegar a um “outro” a responsabilidade do caos que vivia a saúde estadunidense, Trump aproveitava para criar um clima hostil com a China, país que vem cada vez mais assumido o protagonismo econômico mundial e pondo em cheque o domínio dos EUA. Não podemos deixar de notar inclusive o teor racista de tais acusações e mesmo no caso de cientistas que tentam averiguar a origem real do vírus, fica patente que muitas vezes se associa o dito “exotismo” da alimentação asiática com a causa dos males que nos aflige.

Passemos à situação brasileira. Jair Bolsonaro e tantas outras figuras que o segue também espalharam o mito do “vírus chinês”, além de tantas outras teorias absurdas sobre a pandemia. Quando não nega completamente a realidade da pandemia, Bolsonaro utiliza de recursos conspiratórios para mistificar e ocultar a responsabilidade do seu governo diante da catástrofe brasileira. O Sars-CoV-2 tem se espalhado com poucos obstáculos e vão se acumulando mutações. Algumas cepas advindas de mutações, como a que foi sequenciada primeiramente em Manaus, podem ter transmissibilidade maior e até serem mais letais, colocando ainda mais pressão em nosso sistema de saúde. Como é difícil avaliar se um determinado genótipo viral tem uma expressão fenotípica mais letal ou não, dado que a letalidade do vírus está relacionada a múltiplas determinações, ainda não podemos ter certeza sobre o impacto dessas mutações no Brasil. O que sabemos é que, in-

dependente do arcabouço genético do vírus, há uma determinação social do processo saúde-doença. A situação brasileira revela como a luta de classes em um país de capitalismo dependente pode inclusive derivar na produção massiva de mortes, seja pela omissão das autoridades responsáveis pela saúde no país, seja pela prática consciente da obstrução das medidas corretas para combater a covid-19.

Neste sentido, para além de sinalizarmos para a urgência de investimentos em ciência e tecnologia como via para conhecermos a fundo a gênese do Sars-CoV-2 e as formas de combatê-lo, faz-se necessária a politização massiva da nossa sociedade, com a organização da classe trabalhadora em instrumentos de luta capazes de fazer frente a burguesia brasileira e a sua tendência cada vez mais genocida. A produção de mecanismos ideológicos que ocultam e mistificam a realidade sempre foi uma arma utilizada pelas classes dominantes para reproduzirem suas estruturas de dominação. As diversas mitologias criadas para explicar a atual pandemia trazem em seu núcleo perspectivas conspiratórias, quando não racistas, que funcionam como formas de naturalização do status quo. Talvez não tenhamos tempo de encontrar as chaves do enigma da covid-19, mas certamente isso não nos impedirá de combater os seus efeitos mais nocivos. A covid-19 tem direta relação com a crise ambiental e somente a saída socialista será capaz de nos dar respostas aos dilemas de nossa época.



Reprodução: Poder 360

O VÍRUS NA BAHIA: POR ONDE VEM?



Reprodução: Farol da bahia

Por João Aguiar

Ao ultrapassar os 300 mil mortos pela Covid-19 o mote oficial das campanhas de prevenção contra a proliferação do vírus continua a ser responsabilização da população. Nas declarações oficiais do pre-feito Bruno Reis (DEM) e do governador Rui Costa (PT), as medidas restritivas de fechamento do comércio e do Lockdown têm sido apresentadas para evitar a circulação de pessoas e evitar aglomerações de festejos, que possam ser novos focos de contaminação. A disponibilização do aparato da polícia militar para poder conduzir a prisão em flagrante, também tem aumentado a presença ostensiva nos bairros das periferias baianas e pequenas cidades do interior.

Como noticiado no portal UOL no primeiro dia das medidas de restrição 12 pessoas foram presas no interior e 5 em Salvador, sendo que todas prisões na capital foram em bairros da periferia. Também foi realizada a prisão de um trabalhador ambulante no Aeroporto no dia 26, conduzido à delegacia. Essas ações são alimentadas pelo sensacionalismo dos programas policiais, que já elegem os culpados: os parados e carros de som nas periferias como epicentro das contaminações, ou as praias lotadas pelas classes populares. Inclusive, entender que se estes espaços concentram aglutinações após um ano de pandemia e centenas de milhares de

mortos, é resultado da flexibilização que o Governo de Bolsonaro vem incentivando de forma sistemática, com a complacência ou sem firme oposição dos governos estaduais e municipais.

Mesmo com as medidas de restrição a bares e restaurantes, a festejos e casas de show, os ônibus e estações de metrô continuam a estar superlotados. Segundo a SEMOB, durante a pandemia em média 451 mil pessoas circulam no transporte público da capital baiana². O grande capital depende da circulação de trabalhadores para manter suas taxas de lucro e garantir a salvaguarda econômico, mesmo que a custo do risco de suas vidas. Como vêm denunciado diversos sindicatos de trabalhadores como os rodoviários, categoria largamente exposta no seu cotidiano de trabalho ao contágio da Covid-19 e que já foi fatalizada com mortes relacionadas a crise do transporte público, as quais empresas não garantem mínimas condições sanitárias, motivações que tem levado a categoria a diversas paralizações durante a pandemia.

Categorias como bancários, operários da construção civil e da indústria do polo petroquímico colecionam denúncias por mortes pelo vírus, cuja contaminação se dá pela exposição no espaço de trabalho, somada as longas jornadas, assédio e precarização de direitos. Somente na Caixa Federal, que vem sofren-

do duras investidas de privatização por parte do governo Bolsonaro-Mourão, 40 trabalhadores morreram³ em decorrência da Covid-19.

O Brasil já está na casa de 12 milhões de contaminações. Engrossando a cada dia o número de mortes pela Covid – ainda que se estime o número de óbitos poder ser bem maior do que os divulgados pelos dados oficiais. Mesmo assim, há uma população que está sendo empurrada pela fome ou o desemprego. Recentemente, ela teve o auxílio emergencial cortado de seu valor original de R\$ 600,00 reais. A falta de garantia econômica garantidora da possibilidade de estar dentro de casa obriga, mesmo sobre o risco do contágio e morte, os trabalhadores irem para a rua.

Não são as praias ou a juventude da periferia responsáveis pela disseminação do vírus. É

a necessidade da burguesia garantir seus lucros. Só garantiremos que os trabalhadores fiquem em casa com a garantia integral dos direitos fundamentais como a moradia, a comida, salários e a retomada do auxílio emergencial para toda população trabalhadora. É necessário a revogação da PEC 241/55, que confirmam o investimento de maior capacidade do SUS e dos serviços de assistência social para a Pandemia, a reversão de todas as privatizações em curso e o congelamento dos salários, mas sobretudo um plano de vacinação em massa imediato. Sem essas condições básicas não teremos a capacidade de enfrentar a pandemia e salvar outras milhares de vidas. Menos que isso é compactuar com o genocídio em curso operado pelo Governo Bolsonaro-Mourão e a serviço da burguesia brasileira.

TÁ CARO VIVER: A PERDA DO PODER DE COMPRA E O IMPACTO NAS CONDIÇÕES BÁSICAS DE VIDA DA CLASSE TRABALHADORA



Reprodução: Suno Research

Por Zóe Meira

Tá caro viver, e isso a gente sempre soube; mas desde que a gestão genocida de Bolsonaro-Mourão começou, temos visto a fome, o desemprego e a desesperança avançarem sobre toda a classe trabalhadora brasileira. Paulo Guedes veio à tira-colo na gestão federal como ponta de lança do “Deus Mercado”, na infundável guerra aos trabalhadores e seus direitos, apoiando-se na teoria monetarista friedmaniana que prega o fim das políticas governamentais de interferência na economia - usando as

mais ridículas e insustentáveis manobras econômicas neoliberais. O resultado? Em fevereiro de 2021, R\$200,00 compram quase a metade do que comprava um ano atrás.

O avanço da COVID-19 acirrou a luta de classes, e trouxe consigo a chancela para o avanço implacável do capital sobre a população que está na base da pirâmide social. Justamente em meio a uma pandemia global e em 3 anos desde sua eleição, o governo brasileiro emplaca: o desmonte sistemático e calculado do SUS;

o aumento de desempregados e desalentados chegando a, aproximadamente, 20 milhões de pessoas; o aumento nos preços da gasolina e do gás de cozinha perto dos 40% já em 2021; a inflação acumulada de 2020 fechando nos 4,52%, e em janeiro desse ano já alcançando a taxa de 4,56%...

A alta no preços dos alimentos vem acompanhando a dos preços de combustíveis, e subido muito acima da inflação. Os indicadores do IBGE (POF, INPC e IPCA) estão documentando essa dura realidade, e o DIEESE publicou em seu site uma análise onde demonstra que o salário mínimo necessário para que um trabalhador brasileiro sustente as necessidades básicas de sua família deveria ser de R\$5.375,00. Mas, apesar disso, o reajuste do salário mínimo do ano passado para este foi de apenas R\$0,06 (seis centavos), um “aumento” de 0,58% em relação a 2020.

Desse modo, o salário mínimo em 2021 está cravado em seus em R\$1.045,00, cinco vezes menor que o valor estimado pelo DIEESE e abaixo da inflação, sem nenhum ganho real para a classe, ainda sob a desculpa ministerial de que salários altos significariam economia desequilibrada, e que agora está sendo preciso pagar a conta dos anos de “bonança”.

Mas, o que isso significa concretamente no dia-a-dia dos trabalhadores? Significa que a cesta básica ficou 35% mais cara, em média, ao passo que a inflação oficial ficou por volta dos 4%. Mais do que a expropriação de nossa força de trabalho, das reformas, dos crescentes ataques aos nossos direitos, esse cenário significa que estamos pagando para trabalhar (mesmo sem emprego). Significa que o desespero tem tomado conta da vida das pessoas, que o adoecimento mental no seio da classe trabalhadora

tem crescido a níveis alarmantes, que os consultórios psiquiátricos estão lotados - e mesmo os que podem pagar, têm dificuldades para conseguir atendimento.

Significa que a crescente da violência doméstica, do feminicídio, do aumento no consumo de drogas pela fuga da realidade concreta, da fome, dos despejos, das doenças, da miséria, da crise sanitária, da desumanidade e da morte, são resultados diretos dessa política bárbara de desmonte do Estado em nome da manutenção das taxas de lucro do mercado financeiro. Em meio à pandemia, a barbárie avança com seus tentáculos por nossos lares, paralelamente aos bancos e instituições financeiras logrando saldos históricos em cima da nossa miséria.

Os ataques que o capital financeiro vem realizando sobre o fundo público e sobre os nossos direitos mostra o nível da ganância daqueles que não aceitam diminuir suas margens de lucro, mesmo que diante do assassinato de centenas de milhares de brasileiros. O “Deus Mercado” quer tudo, e para isso, está disposto a matar, expropriar e destruir. Sempre somos nós a pagar essa conta, apesar de sermos nós a gerar a riqueza, produzir a mercadoria, ser mutilados pela fome, pelo trabalho em condições insalubres, pela estrutura social capitalista e pela ideologia burguesa.

O futuro não está dado, e é por ele que estamos em guerra. Pela sobrevivência dos nossos e da própria humanidade, a barbárie do capitalismo não pode nem deve nos apassivar ou desesperar: que a crueldade, a tristeza e a indignação que vemos e sentimos nesse período sombrio sejam como faísca em barril de pólvora, que sejam combustíveis para a luta por uma vida plena. Nenhum passo atrás!



Reprodução: Brasil 247

3 ANOS DA MORTE DE MARIELLE FRANCO: SUA LUTA NÃO SERÁ SILENCIADA!



Por Caroline Birrer e Érika Garcez

Foi no dia 14 de Março de 2018 que silenciaram a voz de mais uma mulher lutadora. Marielle, vereadora do PSOL, e Anderson, seu motorista, foram assassinados à tiros, de maneira brutal e covarde, emboscados no bairro do Estácio, após a sua participação em uma atividade com mulheres no centro da capital carioca. De acordo com o Ministério Público, o ex-policial militar Élcio de Queiroz foi o motorista do carro que emparelhou com o da vereadora. Já o policial militar reformado Ronnie Lessa foi o responsável por efetuar os disparos que tiraram a vida de Marielle e Anderson. Ambos foram detidos um ano depois e estão à espera do júri popular, apesar das tentativas das defesas para livrá-los.

Se passaram três anos após o assassinato de Marielle e Anderson e, apesar da prisão dos dois executores desse crime brutal e cuidadosamente planejado, a pergunta 'Quem mandou matar Marielle e Por quê?' ainda se mantém sem resposta. As famílias e amigos de Marielle e Anderson continuam lutando pelo andamento e transparência na investigação e seguem em uma luta constante por respostas sobre os verdadeiros mandantes e os motivos desse crime bárbaro.

Mas, infelizmente, a justiça segue em passos lentos, quase parando. Em três anos, já foram três delegados diferentes à frente das

investigações, muitas ligações não explicadas da Família Bolsonaro com os executores do crime, diversas tentativas de desarticulação das investigações, informações vazadas pela mídia, disputas para federalização do caso, dentre muitas outras questões. Finalmente, praticamente três anos depois, foi criada uma força tarefa para acelerar o andamento das investigações após grande pressão da família. Vimos na disputa entre Moro e Bolsonaro o pano de fundo da intervenção do governo federal diretamente na polícia federal e as tentativas do governo para fazer tudo ao seu alcance para desarticular as investigações. Toda a morosidade nas investigações, disputas e intervenções apontam para a relação gritante entre as instituições estatais e a milícia, agora também no âmbito federal e escancaram mais uma faceta da necropolítica do atual governo, que se mostra como coluna dorsal do projeto de Bolsonaro-Mourão e da burguesia que os sustentam. Marielle foi vítima de um crime político que tentou silenciar sua luta e tudo o que ela representava politicamente. Marielle, mulher, negra, bissexual e periférica, construía um projeto político socialista na luta contra toda a exploração e opressão sofrida pela classe trabalhadora brasileira. Vereadora eleita pelo PSOL em 2016, com 46 mil votos, sendo a quinta

vereadora mais votada. Lutou veementemente pelos direitos humanos e contra a violência policial, questionando intensamente as mortes do jovens negros nas favelas e contra as milícias fortemente organizadas no Rio de Janeiro.

Ainda antes das eleições, Marielle atuou ao lado de Marcelo Freixo na chamada “CPI das milícias”, que apontaram 170 bairros controlados pelas milícias na capital carioca. Mostraram, além das táticas de extorsão desses grupos contra a população, a sua relação direta na política de venda de votos. A Vereadora denunciou fortemente também a política estatal de ocupação militar de favelas, chamada de “unidade de polícia de pacificação” (UPPs), e criadas como mais uma ação contra a ‘guerra às drogas’. Mas, na prática, as UPPs são mais uma face da guerra aos pobres e da política racista do Estado, tendo ocupado majoritariamente favelas na zona sul do Rio (região turística) e ajudado no processo de gentrificação de muitas áreas, forçando muitas pessoas a deixarem essa região para morarem nas zonas mais afastadas do centro da cidade e ainda a perpetuação do genocídio da população negra. Infelizmente, nestes três anos estamos vendo o avanço forte de um projeto político que Marielle sempre lutou contra e que segue atacando os direitos dos brasileiros, intensificando a exploração da classe trabalhadora e acirrando as desigualdades sociais. Desde 2018, enfrentamos no Brasil o avanço da extrema direita e do conservadorismo. Com a eleição de Bolsonaro-Mourão em 2018, o plano neoliberal engendrado por Temer e seus aliados atingiu novas proporções. A quebra da institucionalidade, que o golpe havia gerado em 2016, se aprofundou e vimos o desenrolar de uma crise das instituições. Por um

lado, o congresso e senado, controlado pelo chamado “centrão”, seguiu mediando entre a política protofascista de Bolsonaro, sua própria agenda e os interesses da burguesia, mantendo o apoio ao presidente e principalmente às medidas de austeridade econômica encabeçadas por Guedes. Vimos o prosseguimento das contrarreformas iniciadas com Temer e o aprofundamento dos desmontes dos serviços públicos e de qualquer possibilidade de um Estado de bem estar social. Além dos ataques sucessivos à saúde e educação pública, que só se aprofundaram ainda mais com a pandemia da Covid-19, vimos o descaso constante do Governo Federal com as mais de 300 mil mortes de brasileiros pelo coronavírus. E, apesar do aprofundamento dessa crise, o congresso segue inerte, recusando-se a pautar o impeachment.

O assassinato de Marielle Franco foi uma tentativa de calar a luta socialista por uma sociedade igualitária, com garantias de moradia e emprego, contra toda e qualquer exploração e contra qualquer discriminação a grupos minoritários como mulheres, negros ou LGBTQIA+.

Marielle teve sua voz silenciada por um sistema que prioriza o capital acima da vida humana, que mata e ameaça quem luta pela classe trabalhadora. Mas a sua luta não foi e nunca será silenciada. Sua voz irá ecoar através da luta de todas as trabalhadoras e trabalhadores contra a exploração desse sistema, da luta das mulheres contra o machismo e o patriarcado, da luta da população negra contra o racismo e o genocídio negro nas periferias brasileiras, da luta dos LGBTQIA+ por suas vidas e contra a discriminação. Ecoará da luta de todas e todos os Brasileiros por direitos básicos, por condições melhores de vida e contra as desigualdades sociais.



O TEATRO E A PANDEMIA

Por Gabriel Galego

Quando atores e público se permitem uma experiência imersa, o espetáculo teatral se transmuta de magia em perigo. Mas não existe teatro sem elenco ou público, e a COVID-19 tornou impossível a realização de espetáculos presenciais. De que forma essa restrição de espaço, causada pela pandemia, afetou as artes cênicas? Em primeiro lugar, o impacto econômico foi devastador; a interrupção de espetáculos colocou em xeque uma das mais importantes fontes de renda da categoria: a bilheteria. Além disso, abruptamente, o trabalho de produtores, atores, encenadores, figurinistas, técnicos de luz e som, foi interrompido.

Em outubro de 2020, o Podcast Enfiados na Lama conversou com Robson Poeta, técnico do SESC Jorge Amado, sobre a situação dos profissionais de luz e som durante a pandemia. Na época, a Lei Emergencial Aldir Blanc – de apoio financeiro a trabalhadores da cultura – estava ainda no papel, e Robson entrou em detalhes sobre como os profissionais estavam completamente sem perspectiva.

E, claro, as contas não pararam de chegar. Em março de 2020, completa-se um ano de situação pandêmica, e o cenário é cada vez mais devastador. Ora, os trabalhadores das artes cênicas, em sua maioria autônomos, não têm a remota possibilidade de ficarem parados sequer por um mês, quem dirá um ou dois anos.

Diante de tal circunstância, a “reinvenção” é uma condição urgente, crucialmente imposta. Do ponto de vista político, alguns grupos têm se auto-organizado para exigir políticas de assistência permanentes e sólidas por parte do Estado. Foi o caso do movimento SOSTécnicos, puxado pelos técnicos da área da cultura.

Do ponto de vista estético, tem se dado luz ao chamado webteatro. Sem a possibilidade do contato presencial, a saída tem sido misturar com mais ênfase teatro e audiovisual. E, ainda, em alguns casos como o do Teatro Oficina, em São Paulo, a opção está sendo retomar a dramaturgia de rádio, com a criação do Podcast Rádio Uzona.

Todavia, essa não é uma atitude isolada.

Amostra foi a realização do PodDrama, primeiro festival de Dramaturgia de Podcast realizado em 2021, a partir da Lei Aldir Blanc do Rio de Janeiro. O prêmio do festival previa a produção de dramaturgias escritas para o formato de Podcast, além de uma gratificação de dois mil reais em dinheiro.

Em outros casos, como é o do Teatro Vila Velha, em Salvador (BA), optou-se pela realização de espetáculos online e ao vivo, exibidos via Youtube – com todo o elenco representando de suas próprias casas. Uma verdadeira mistura entre técnicas cinematográficas (chroma key, por exemplo) e teatro. Assim foi o último espetáculo, “Quem não morre não vê Deus”. E diversos outros grupos, Brasil afora, estão se dedicando a essa adaptação do teatro para continuar com as produções e poder, de alguma forma, manter a economia aquecida na área da cultura.

Já os movimentos de Teatro de Rua, como Companhia Pedra e Espinho, Movimento Teatro de Rua da Bahia, Coletivo Afro em Cena etc, especialmente os que estão em cidades menores, sentem os reflexos da pandemia com ainda maior intensidade. Este setor já apresenta um histórico de difícil diálogo com o Estado, inclusive com os governos petistas; no cenário atual, esse diálogo tem ficado ainda mais estremecido.

Isso implica em ser pouco ou nada contemplado por editais e financiamentos públicos, mesmo com o advento da Aldir Blanc. Agora, diante da impossibilidade de estar no principal palco – a rua, a situação tem sido dura. Os esforços dos Fóruns Virtuais de Teatro de Rua têm feito um excelente trabalho em aglutinar esse movimento e suas reivindicações, mas ainda estão marginalizados dentro do próprio espaço cultural.

Enfim, a situação é evidente: o teatro, mais do que nunca, precisa lutar para se manter vivo. O dinheiro é escasso, as condições de trabalho insustentáveis, e os impactos nos trabalhadores das artes têm imposto desafios que precisam ser conhecidos e enfrentados coletivamente pela sociedade. É preciso, antes de mais nada organizar a classe artística e garantir condições dignas de vida e trabalho nesta realidade que, apesar de excepcional, traz mudanças permanentes para o universo da cultura.

PCB: 99 ANOS DA FÊNIX VERMELHA



Reprodução: PCB Bahia

Por Milton Pinheiro

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) completa 99 anos de uma presença indelével na história política do nosso país. Destes 99 anos, 56 são na mais violenta clandestinidade. Grande parte do período de legalidade está registrado após 1985, quando do fim da ditadura.

Surgimos como representantes de diversos coletivos que militavam referenciados na revolução russa de outubro de 1917. Éramos os revolucionários que davam sentido às greves do começo do século XX, que marchavam pelas ruas com manifestações em defesa dos direitos mais emblemáticos da classe trabalhadora, procurando se organizar para construir um operador político que iria representar o programa da nossa classe e agir em defesa da revolução brasileira.

Nos tornamos, com o desenrolar do século XX, um partido que esteve presente nas lutas mais profundas desse breve século. Participamos da organização dos instrumentos da classe trabalhadora na década de 1920 e criamos uma combativa Imprensa Popular; durante a década de 1930 avançamos nas lutas proletárias e populares, mas, também, nos organizamos dentro dos

quartéis. Realizamos o mais importante movimento de “assalto aos céus” da história brasileira: o levante revolucionário de novembro de 1935, uma experiência de Poder Popular que durou três dias em Natal (RN). Essa experiência revolucionária foi derrotada por tropas do Estado burguês, em aliança com coronéis locais e seus jagunços, mas, mesmo com erros do processo, trata-se de uma brava resistência histórica.

Após a brutal repressão que se seguiu ao levante vermelho, e a perseguição do “Estado Novo”, organizamos as lutas de resistência ao fascismo no Brasil e quando os ventos foram soprados a partir da derrota nazifascista na segunda grande guerra, conseguimos encontrar a luz no fim do túnel. Nos tornamos, com a legalidade, um partido de massas; elegemos Luiz Carlos Prestes, nosso secretário-geral, o senador mais bem votado do Brasil, assim como elegemos uma vigorosa bancada com 14 deputados federais. Nas eleições seguintes, para as Assembleias Legislativas dos estados, elegemos mais de 40 deputados. Contudo, o manto do reacionarismo se impôs novamente e o partido foi coloca-

MEMÓRIA

do na ilegalidade. Nossos parlamentares foram cassados. Primeiro, a bancada federal e depois nossas bancadas de deputados estaduais.

O PCB volta à clandestinidade, todavia agora, como um forte operador político da classe trabalhadora no final da década de 1940. Estivemos na greve dos 300 mil em São Paulo, na Campanha do Petróleo é Nosso, marcamos a luta pela reforma agrária de forma revolucionária nos levantes camponeses de Porecatu, Trombas e Formoso. Organizamos manifestações contra a presença de tropas brasileiras na guerra imperialista da Coréia; estávamos onde a luta se fazia necessária por todo o Brasil.

Propusemos, com o Manifesto de agosto de 1950, novas formas de luta em profunda conexão com a revolução brasileira. Sindicatos livres, organizações populares e proletárias sem o controle do Estado, organização das lutas das mulheres e uma denúncia combativa e militante contra o racismo.

Construímos na história brasileira a maior presença intelectual de todos os tempos, uma marca seminal na cultura brasileira. Afinal, na história do século XX, lutaram dentro do nosso partido as figuras mais importantes das letras, ciências, artes, música, mundo artístico, do teatro e do cinema. Gigantes como Graciliano Ramos, Jorge Amado, Oswald de Andrade, Cândido Portinari, Di Cavalcanti, Pagú, Mário Lago, Francisco Milani, Rui Facó, Monteiro Lobato, Caio Prado Jr., Paulo da Portela, Silas de Oliveira, Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré, Mário Schemberg, Nise da Silveira, Carlos Drummond de Andrade, Gianfrancesco Guarnieri, Oduvaldo Vianna Filho, Adolfo Lutz, Cícero Dias, Aparício Torelly (Barão de Itararé), Dias Gomes, Paulo Leminski, Vladimir Herzog, Nelson Pereira dos Santos, Leon Hirszman, Oscar Niemeyer, João Saldanha, César Lattes e milhares dos/as melhores filhos/as da classe trabalhadora.

Somos a origem da esquerda brasileira, contudo, não nos transformamos no maior partido desse campo ideológico. Porém, germinamos no processo histórico brasileiro as lutas mais férteis da nossa classe e iluminamos, com passos seguros, nas trevas ou na luz do dia, a trilha das lutas que procuram o sentido da revolução brasileira, pois, somos o PCB, o longo operador político da nossa classe.



Ao completarmos 99 anos temos orgulho da nossa história de erros e acertos. Estivemos ao lado dos revolucionários que construíram as revoluções anticapitalistas pelo mundo, a exemplo da União Soviética, China, Coreia, Cuba, Vietnam e das democracias populares do leste europeu e da África. Combatemos ao lado da luta anticolonial e das ações revolucionárias pelo mundo. Somos, desde sempre, um partido internacionalista em defesa da revolução mundial.

Nessa longa história de lutas, jamais devemos deixar de reverenciar nossos fundadores, mas, também, os homens e as mulheres que lutaram para que pudéssemos estar aqui hoje. Figuras como Minervino de Oliveira, Octávio Brandão, Elisa Branco, Giocondo Dias, Carlos Marighella, Laudelina de Campos Melo, Lyndolpho Silva, Maria Aragão, Mário Alves, José Maria Crispim, Yeda Maria Ferreira, Osvaldo Pacheco, Laura Brandão, Raimundo Jinkings, Antonieta Campos da Paz, Horácio Macedo, Ana Montenegro, Dinarco Reis, Paulo Cavalcanti, Iraci Picanço, Gregório Bezerra, Isnard Teixeira, Maria Brandão, Zuleika D'Alembert, Adalgisa Cavalcanti e o lendário Luiz Carlos Prestes. Mas, precisamos rememorar, também, aqueles militantes históricos que tiveram seu sangue derramado quando lutavam em defesa da classe trabalhadora, das liberdades democráticas e contra a opressão. Não esqueceremos jamais nossos 43 mártires assassinados pela ditadura burgo-militar de 1964: Ivan Rocha Aguiar (estudante), Antogildo Pascoal Viana (operário), Carlos Schirmer (operário), Pedro Domiense de Oliveira (carteiro), Manuel Alves de Oliveira (militar), Newton Eduardo de Oliveira (operário), João Alfredo (camponês), Pedro Inácio de Araújo (camponês), Is-



MEMÓRIA

rael Tavares Roque (operário), Divo Fernandes D'oliveira (marítimo), Severino Elias de Melo (militar), Inocêncio Pereira Alves (Alfaiate), Lucindo Costa (funcionário público), João Roberto Borges de Souza (estudante), José Dalmo Guimarães Lins (jornalista), Francisco da Chagas Pereira (militar), Epaminondas Gomes de Oliveira (sapateiro), Ismael Silva de Jesus (estudante), Célio Augusto Guedes (dentista), José Mendes de Sá Roriz (militar), Davi Capistrano da Costa (militar), José Roman (operário), João Massena Melo (operário), Luiz Ignácio Maranhão Filho (jornalista), Valter de Souza Ribeiro (militar), Afonso Henrique Martins Saldanha (professor), Elson Costa (caminhoneiro), Hiran de Lima Pereira (administrador), Jayme Amorim de Miranda (jornalista), Nestor Veras (camponês), Itair Veloso (operário), Alberto Aleixo (operário), José Ferreira de Almeida (militar), José Maximino de Andrade Neto (militar), Pedro Jerônimo de Souza (comerciário), José Montenegro de Lima (estudante), Orlando Bonfim (jornalista), Vladimir Herzog (jornalista), Neide Alves Santos (propagandista), Manoel Fiel Filho (operário), Feliciano Eugênio Neto (operário), Lourenço Camelo Mesquita (taxista) e José Pinheiro Jobim (diplomata). Presentes, sempre!

Apesar dos equívocos do pré-1964, a luta desenvolvida pelo PCB na construção dos movimentos populares e proletários, e na articulação da Frente Democrática foram fundamentais para derrotar a ditadura e plantarmos um novo tempo de liberdades democráticas com o fim do regime militar. Os anos 1980 foram tempos de confusão política e ideológica, se configuraram como o pior tempo histórico da existência do PCB. Trata-se do mais profundo conjunto de erros da nossa história, quando o taticismo politicista tentou matar o operador estratégico. No entanto, a Fênix Vermelha soube operar sua depuração e organizar a nossa Reconstrução Revolucionária a partir de 1992.

Voltamos à centralidade das lutas proletárias e populares, colocamos na ordem do dia a estratégia socialista como formulação central para orientar a ação tática. Construimos instrumentos de combate à sociabilidade da sociedade capitalista, a exemplo do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro (CFCAM), Coletivo

Negro Minervino de Oliveira (CNMO) e o LGBT-Comunista; avançamos na organização de nossas frentes de massas a exemplo da União da Juventude Comunista (UJC) e a Unidade Clássista (UC). Não somos ainda o maior partido da esquerda brasileira, mas não teremos lutas da nossa classe sem a presença convicta do PCB. Vivemos um grave momento histórico. A ordem do capital e seu estafeta no Palácio do Planalto tentam movimentar hordas neofascistas no sentido da ruptura golpista. O agitador fascista e genocida, Jair Bolsonaro, quer dizimar a população com a sua total irresponsabilidade diante do extermínio causado pela Covid 19. Precisamos derrotar o miliciano, organizar a luta pelo impedimento do governo de extrema direita, lutar por vacinação já para todos/as, exigir o auxílio emergencial integral, combater a carestia e defender o emprego/trabalho, ao tempo que devemos lutar ao lado da classe trabalhadora pela sua reorganização. Temos que criar condições adequadas para a luta.

Nesses 99 anos de luta, fomos vitoriosos, mas também derrotados. No entanto, soubemos fazer a autocrítica necessária e reorganizar nossas bandeiras e ações, para operarmos na luta de classes. Nossa luta é anticapitalista, anti-imperialista e em defesa da humanidade. Nos batemos contra a exploração e as opressões da sociedade burguesa, sempre na perspectiva da revolução brasileira e do projeto socialista.

Hoje, nós, comunistas brasileiros, estamos completando 99 anos de lutas que marcaram a história do Brasil e do mundo. Afinal, muitos dos nossos militantes lutaram na guerra civil espanhola, na resistência francesa e nas batalhas da segunda guerra mundial na Europa. O que sempre nos guiou foi a procura pela revolução e a perspectiva do socialismo. Durante essa longa jornada, o sangue dos nossos camaradas se confundiu com o vermelho da nossa bandeira e adubou o solo fértil das nossas lutas nas batalhas que a nossa classe desenvolveu no Brasil e no mundo. Com essa história e com essas convicções reafirmamos que estamos aqui em defesa da humanidade, porque Fomos, Somos e Seremos Comunistas.